



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**CERTIDÃO Nº 3567/2019
LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000**

CERTIFICAMOS, nos termos da Resolução TCE nº 1089/2018 e Instrução Normativa TCE nº 04/2018, com base nos dados contidos no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), para fins de cumprimento ao disposto no art. 21, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Resolução do Senado Federal nº 043/2001, que o **Município de SANTA MARIA** apresentou, em relação às contas da Gestão Fiscal, os seguintes dados:

Último exercício analisado - 2017:

Cumpriu com o disposto no(s) seguinte(s) artigo(s) da Constituição Federal/88: 167, III (conforme estabelecido no art. 53, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000).

Cumpriu com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 33; 37; 52; 55, §2º.

No exercício de 2017, a despesa com pessoal foi de R\$ 225.145.374,87 no Poder Executivo Municipal e de R\$ 11.820.315,52 no Poder Legislativo, correspondendo, respectivamente, a **47,02%** e **2,47%** da Receita Corrente Líquida-RCL (R\$ 478.791.593,37).

Exercício em análise - 2018:

Cumpriu com o disposto no(s) seguinte(s) artigo(s) da Constituição Federal/88: 167, III (conforme estabelecido no art. 53, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000).

Cumpriu com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 52; 55, §2º.

No exercício de 2018, a despesa com pessoal foi de R\$ 236.755.798,50 no Poder Executivo Municipal e de R\$ 12.640.390,55 no Poder Legislativo, correspondente, respectivamente, a **45,01%** e **2,40%** da Receita corrente Líquida-RCL (R\$ 526.033.425,19).

Exercício em curso - 2019:

Cumpriu com o disposto no artigo 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

Esta Certidão é válida até 31-05-2019, estando condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www1.tce.rs.gov.br/certidao/lrf>, nos termos do §2º do art. 4º da Instrução Normativa nº 04/2018.

Por conta da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238, encontra-se suspensa a aplicação do contido no § 2º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalva-se, contudo, que a situação ora certificada não dispensa o exame a ser realizado sobre a mesma matéria nas contas do referido Executivo Municipal no respectivo exercício, em face das competências constitucionais desta Corte de Contas.

DCF/Gab., em 16-04-2019.



Claudio Roberto Koskodan Das Chagas

Diretor de Controle e Fiscalização.

Código de Autenticação
LCKW5-GLCG2-PXEL6